Camila Lopes Martins
Mônia Clarissa Hennig Leal

DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA ESTRUTURAL E GRUPOS VULNERÁVEIS

STANDARDS DA CORTE IDH E PROTEÇÃO DE DADOS NA EUROPA E NO BRASIL

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2027

Sumário

Prefácio VII

1 Introdução 1

2 Discriminação algorítmica: a potencialização digital da discriminação estrutural 5

2.1 Discriminação estrutural: contexto e conceito 5

2.2 Fundamentos da discriminação algorítmica: a utilização de dados pessoais que repercutem em resultados discriminatórios 17

2.3 A dinâmica algorítmica na reprodução da discriminação estrutural: casos práticos e mecanismos de reforço 34

3 A necessidade de incorporação de elementos de especial proteção frente à discriminação estrutural: os standards da corte interamericana de direitos humanos e as suas aplicações face à discriminação algorítmica 49

3.1 Elementos de especial proteção frente à discriminação estrutural e a atuação destaque da Corte Interamericana de Direitos Humanos 49

3.2 Standards da Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto à proteção especial dos integrantes de grupos em situação de vulnerabilidade 63

3.3 Aplicabilidade dos standards de especial proteção de grupos estruturalmente discriminados no que tange à discriminação algorítmica 78

Tabela 1 – Aplicação dos standards de especial proteção da Corte IDH ao fenômeno da discriminação algorítmica 90

4 A previsão ou não previsão de elementos de especial proteção nas normativas de proteção de dados europeia e brasileira 93

4.1 O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e a Proteção de Grupos Estruturalmente Discriminados 97

4.2 A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a proteção de grupos estruturalmente discriminados 112

4.3 Análise das normativas de proteção de dados europeia e brasileira à luz dos elementos de especial proteção para grupos estruturalmente discriminados 127

Tabela 2 – Análise de elementos de especial proteção no GDPR e LGPD sob a perspectiva das contribuições da Corte IDH 136

5 Conclusão 141

Referências 145